XI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 28 e 29 de setembro de 2026

A COMPOSTAGEM COMO POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA FINANCEIRA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Verônica Nunes dos Santos[1]
Maryvânsley Nunes de Sá Reis[2] Samylle Martins Sampaio Bertani[3] Sara de Jesus Santos[4]
Aline dos Santos Vieira[5]
Lucia Helena Garcia Penna[6]

Introdução

A violência doméstica e de gênero contra a mulher configura-se como um problema de ordem estrutural e histórica no Brasil, o qual transpõe a esfera dos conflitos privados para se consolidar como uma violação dos direitos humanos (Conselho Nacional de Justiça, 2026).

Embora o ordenamento jurídico disponha de legislações robustas e internacionalmente reconhecidas, tais dispositivos frequentemente encontram barreiras práticas de aplicação devido à severa vulnerabilidade socioeconômica na qual as mulheres em situação de violência se encontram inseridas (Silva *et al*., 2026).

Nesse panorama complexo, a dependência econômica em relação ao parceiro emerge como um dos fatores mais determinantes para o prolongamento e a perpetuação do sofrimento. O controle financeiro e patrimonial exercido pelo agressor funciona como uma amarra invisível que restringe a mobilidade da mulher, impedindo-a de romper o ciclo de abusos pela ausência de recursos imediatos para assegurar a subsistência própria e a de seus filhos. Em relação a essa perspectiva, a escassez ou a total ausência de renda própria anula diretamente a autonomia de escolha da mulher, silenciando suas decisões e submetendo sua integridade a dinâmicas relacionais de dominação e violência cotidiana (Lima; Sousa; Coelho, 2024).

[1]Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: veronicamarkswork@gmail.com.
[2]Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Jequié. E-mail: dreamy.mar@gmail.com.
[3]Dentista. Doutoranda em Ciências da Saúde pela UESB, *campus* Jequié. E-mail: samyllemartins@hotmail.com.
[4]Enfermeira. Mestranda em Ciências da Saúde pela UESB, *campus* Jequié. E-mail: sr_sr2@hotmail.com
[5]Enfermeira. Docente do Curso de Enfermagem da UESB, *campus* Jequié. E-mail: avsimoes@uesb.edu.br
[6]Enfermeira. Docente do Curso de Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail:luciapenna@terra.com.br

Estudos contemporâneos de relevância nacional coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) salientam que o desenvolvimento de estratégias voltadas à conquista da independência financeira é o pilar mais urgente e decisivo para a viabilização da eficácia real da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Ainda, há outras evidências que apontam que o acolhimento institucional e jurídico de caráter emergencial necessita ser indissociavelmente complementado por políticas públicas de empregabilidade e qualificação profissional, visto que a autonomia material é a única garantia de que a mulher em situação de violência poderá sustentar seu distanciamento do agressor a longo prazo (Conselho Nacional de Justiça, 2026; Brasil, 2006).

Diante desse cenário da necessidade de formular soluções de inclusão produtiva descentralizadas e adaptáveis à rotina dessas mulheres, as quais são frequentemente sobrecarregadas pelas demandas do trabalho de cuidado não remunerado, tecnologias baseadas na economia circular ganham destaque e passam a ser uma possibilidade.

Assim, de maneira inovadora, a compostagem sustentável se introduz como uma tecnologia leve e social promissora, amplamente reconhecida por seu baixo custo operacional, insumos acessíveis e rápida possibilidade de implementação prática. Ao dispensar investimentos de grande porte ou maquinários industriais complexos, essa prática permite o aproveitamento de resíduos biológicos locais para a geração de adubos e biofertilizantes de elevado valor agronômico. O manejo ecológico de resíduos deixa, portanto, de restringir-se à agenda conservacionista urbana e passa a atuar diretamente como uma ferramenta socioeconômica estratégica, capaz de fomentar o microempreendedorismo, gerar empregabilidade segura e restituir a dignidade civil e financeira de mulheres sobreviventes das violências (Silva *et al.*, 2026).

Objetivo

Identificar publicações científicas que tratam sobre o potencial da compostagem e do manejo biológico como políticas públicas e/ou iniciativas para a inclusão socioprodutiva de mulheres em situação de violência.

Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com busca realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), PUBMED, Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico *(Google Scholars)* utilizado os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Compostagem; Política de Saúde; Violência contra a mulher; e Vulnerabilidade Social, interconectados pelo operador booleano *AND*.

Foram gerados os seguintes comandos: [Compostagem *AND* Política de Saúde *AND* Violência contra a mulher *AND* Vulnerabilidade Social]; [Compostagem *AND* Violência contra a mulher *AND* Vulnerabilidade Social]; [Compostagem *AND* Vulnerabilidade Social]; [*Composting AND Social vulnerability];* [*Composting AND Violence against women];* e [*Composting AND Violence against women AND Social vulnerability].*

Os critérios de inclusão utilizados foram estudos completos, nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados entre 2021 e 2026, com assunto principal compostagem; iniciativa comunitária; violência contra mulher; autonomia financeira; e tecnologia leve.

Foram excluídos estudos duplicados, seja na mesma base ou em outra, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e os que não atendessem ao objetivo desta pesquisa.

Resultados e Discussão

A busca inicial nas bases de dados selecionadas resultou em um total de 134 artigos científicos encontrados, sendo 62 do *Google Scholars;* 28 na BVS; 18 no *SciELO*; 13 no *LILACS*; 8 na *PubMED*; e 5 na *MEDLINE*. Após o refinamento rigoroso pelos critérios de elegibilidade e de exclusão, foram selecionados 12 artigos científicos para compor o corpus final desta revisão integrativa.

A literatura contemporânea converge ao demonstrar que práticas de compostagem e iniciativas comunitárias atuam como poderosas tecnologias leves e instrumentos de saúde pública na mitigação da vulnerabilidade social e no enfrentamento indireto à violência contra a mulher.

Os dados evidenciam que a implementação de projetos agroecológicos e de compostagem comunitária fomenta a autonomia financeira feminina em territórios marginalizados. E que a inserção das mulheres em capacitações de base ecológica e manejo de resíduos estimula a emancipação econômica, enfraquecendo vínculos de dependência financeira que perpetuam ciclos de violência doméstica (Gonçalves; Mouro; Mendes, 2026).

Em contrapartida, a geração de renda por meio de tecnologias sociais leves, embora válida, não deve ser vista como uma solução isolada ou milagrosa. Se o microempreendedorismo verde não for respaldado por linhas de crédito estáveis e políticas de macroeconomia, o esforço dessas mulheres corre o risco de se converter em mera subsistência informal, mascarando a omissão do Estado na garantia de empregos estruturados (Xavier, 2025).

A reutilização de materiais recicláveis e orgânicos abre novas frentes de geração de renda, oferecendo caminhos viáveis para que mulheres em situação de abuso e/ou de outras formas de violência, rompam com dinâmicas familiares opressivas. No entanto, outros estudos alertam que a sobrecarga de trabalho, em que a mulher assume a triagem de resíduos além das jornadas domésticas, pode gerar um processo de autoexploração com a justificativa do empoderamento, exigindo vigilância das redes assistenciais (Gonçalves; Mouro; Mendes, 2026).

Ainda, a intersecção entre o saneamento ambiental, as políticas de saúde e a segurança de gênero, tem contribuído para discussões dessas temáticas, ao intensificar debates quanto à inclusão de grupos historicamente vulnerabilizados na governança da economia circular e do tratamento de resíduos enquanto um pilar indispensável para o sucesso de políticas sociais inclusivas (UN WOMEN, 2025).

Nesse contexto, as tecnologias leves que estruturam a compostagem e o saneamento descentralizado, reduzem a exposição de meninas e mulheres a riscos geográficos e territoriais, servindo como uma barreira protetiva essencial. Ademais, a ausência de infraestrutura adequada de esgotamento e descarte de resíduos acentua as vulnerabilidades estruturais e relacionais das mulheres na comunidade, elevando o risco de episódios de violência física e sexual (Domingo, 2026; Winter *et al.,* 2026).

A literatura aponta que relegar a gestão ambiental de áreas vulneráveis exclusivamente a iniciativas comunitárias e informais de mulheres perpetua a desigualdade ambiental, uma vez que corpos femininos continuam expostos a riscos biológicos e à estigmatização social que o manejo de resíduos carrega quando desprovido de suporte técnico, revelando que as políticas de saúde falham ao não integrar a segurança pública e o urbanismo feminista nas metas de saneamento básico (Domingo, 2026).

Por fim, o engajamento comunitário feminino assume uma dimensão central na reconfiguração do espaço público e no fortalecimento da saúde mental individual e coletiva. A liderança feminina na gestão de crises ambientais e alimentares locais fomenta uma rede solidária de apoio mútuo, otimizando o fluxo de informações preventivas sobre os direitos da mulher. Além disso, o manejo da terra e as práticas coletivas de cultivo e compostagem

devolvem o sentimento de segurança ontológica a sobreviventes de violência por parceiro íntimo (Winter *et al.,* 2026).

Outros estudos argumentam que tais redes de suporte ecológico desempenham um papel paliativo crucial diante da ineficácia protetiva formal do governo. Ainda assim, a articulação dessas hortas e pontos de compostagem como "zonas seguras" só é sustentável quando há uma pactuação real com os serviços de assistência social e de saúde da família, impedindo que esses espaços fiquem isolados frente às ameaças da criminalidade territorial e da violência doméstica (Weatherill, 2026).

Conclusão

Os achados evidenciam que as práticas de compostagem comunitária e o manejo agroecológico territorial funcionam como potentes tecnologias leves de saúde pública, capazes de fragilizar ciclos de opressão de gênero ao viabilizar a autonomia financeira e redes de apoio mútuo para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

No entanto, para que essas iniciativas superem o caráter paliativo e a tendência de sobrecarga laboral feminina, é indispensável que o Estado assuma a governança desses espaços através de políticas intersetoriais integradas, articulando o urbanismo feminista, o saneamento básico e o suporte assistencial contínuo para transformar a subsistência ecológica em real emancipação política e emancipatória.

Dessa forma, o cuidado com o ambiente comunitário tem o potencial de ressignificar as trajetórias dessas mulheres, transformando a vulnerabilidade social em potência de transformação política e de autocuidado.

Descritores: Compostagem. Política de Saúde. Violência contra a Mulher. Vulnerabilidade Social

Referências:

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Planalto, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Independência financeira é essencial para o fim da violência contra a mulher, aponta estudo. **e-Revista CNJ**, Brasília, DF, v. 10, n. 1, 2026. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/independencia-financeira-e-essencial-para-o-fim-da-violencia-contra-a-mulher-aponta-estudo/. Acesso em: 23 set. 2026.

DOMINGO, Jose L. The burden of waste: Environmental justice, health risks, and socioeconomic disparities near waste management facilities. **Environmental Research**, [*s. l.*], v. 305, e125056, 2026.

GONÇALVES, Andrea M.R; MOURO, Gisele F.; MENDES, Sonia M.C. Vivências em agroecologia como agente propulsor do protagonismo feminino e enfrentamento a vulnerabilidades. **Cadernos de Agroecologia**, , [*s. l.*], v. 21, n. 1, p. 45-58, 2026.

LIMA, Ana Flávia Sousa; SOUSA, Bianca Maria Veloso de; COELHO, Maria Socorro Rodrigues. A violência doméstica, a dependência financeira e a economia feminista. **Revista de Estudos Acadêmicos e Sociais (REASE)**, , [*s. l.*], v. 14, n. 3, p. 95-112, 2024.

SILVA, Alieze Nascimento de *et al*. Construção de composteira sustentável para mulheres em situação de vulnerabilidade no âmbito do Programa Mulheres Mil. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, , [*s. l.*], v. 19, n. 1, p. 1-15, 2026.

UN WOMEN. **Gender equality and climate policy scorecard: promoting women's leadership in the circular economy**. Nova York: UN Women, 2025.

WEATHERILL, Charlotte. **Gender, violence, and climate justice: Socio-economic constraints and adaptive resources**. Research Gate, 2026.

WINTER, S. C. *et al.* The role of nature and community-based ecological practices in recovering from intimate partner violence. **Social Science & Medicine**, , [*s. l.*], v. 390, e202636, 2026.

XAVIER, M. G. Empoderamento e autonomia financeira em hortas comunitárias: uma revisão das tecnologias sociais de gênero. **Revista Katálysis**, , [*s. l.*], v. 28, n. 1, p. 112-125, 2025.

Utilização da Inteligência Artificial Generativa: Não foi utilizada IA para a elaboração deste resumo.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.